



A MEMÓRIA DO DISCURSO MILITARISTA ATUALIZADA NAS MÍDIAS DIGITAIS: ENTRE OS (NÃO) DITOS E OS EFEITOS DE CINISMO¹

Rosiene Aguiar-Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: roseagui13@hotmail.com

Gerencie Ribeiro de Oliveira Cortes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: gcortes@uesb.edu.br

387

INTRODUÇÃO

O regime militar no Brasil (1964-1985) tem sido discursivizado com embate de memórias, a saber, com sentidos da ditadura – posição sustentada pela maioria dos historiadores – e revolução, que instaura sentidos positivos para aquele período (COSTA CARDOSO, 2011). Esses confrontos de memórias e de sentidos já funcionavam desde os anos de vigência dos governos militares e perduraram mesmo após o restabelecimento do estado democrático, com a primeira eleição de um civil para a presidência e a promulgação da nova Constituição Federal, 1985 e 1988, respectivamente.

Neste trabalho, objetivamos analisar os efeitos discursivos da atualização da rede de memórias do regime militar brasileiro nas mídias digitais, considerando o jogo de relações interdiscursivas, como também os efeitos de sentidos instaurados a partir das condições de produção e, sobretudo, de circulação dos discursos na/em rede digital. Nosso foco se volta para as materialidades discursivas já publicadas no período da reestruturação da democracia – especificamente, considerando o ano de 1999 – e a atualização da memória da ditadura militar, mediante a republicação/circulação das formulações discursivas nas mídias digitais, no ano de 2020.

DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O estudo respalda-se no aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso francesa (AD), desenvolvida por Michel Pêcheux, além das contribuições do discurso

¹ Este trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado em Linguística (PPGLin/Uesb) em andamento. AGRADECIMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



digital e dos estudos da história e das ciências sociais. Na teoria discursiva, que considera os sentidos pela não transparência da linguagem, os sentidos são constituídos juntamente aos sujeitos, pelos efeitos ideológicos advindos das relações do sujeito com uma dada formação discursiva (FD), que determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1995). Desse modo, o sujeito é considerado como uma posição entre outras, sob a ilusão de ter o controle de suas palavras e dos sentidos que produzidos no discurso (PÊCHEUX, 1995).

Nesse processo, o sujeito também é afetado pelo interdiscurso, o “todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX (1995, p. 149). A memória discursiva em AD corresponde “[...] à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]” (COURTINE, 2014 p. 105-106). Courtine (2014) afirma que o trabalho da memória permite a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento. Da relação do intradiscurso, momento da formulação do discurso, com o interdiscurso funcionam, então, os efeitos de memória, que podem tanto estabelecer uma regularização discursiva, ou uma desregulação dos implícitos da regularização anterior.

Em 1999, o então presidente do Congresso Nacional, o senador Antônio Carlos Magalhães (ACM), concedeu uma entrevista ao programa Roda Viva, na TV Cultura, emissora estatal do governo de São Paulo. Posteriormente, o vídeo foi republicado na plataforma *YouTube*, em 2020, conforme fig. 1. A reinscrição e circulação dos discursos nos espaços digitais da *internet* consiste na automatização do discurso (DIAS, 2019), um processo definido como “práticas sociais, políticas, teóricas e discursivas dos sujeitos. Práticas de leitura” (DIAS, 2019, p. 203). Assim, a partir do vídeo no *YouTube*, extraímos dois excertos da entrevista, ou seja, duas sequências discursivas (SDs 1 e 2) que compõem o nosso *corpus*.



Figura 1 – Fotograma do vídeo da entrevista de ACM ao Roda Viva, 1999 (*YouTube*, 2020)²

² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ceyy1IU31-Q> Acesso em abr. 2022.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Vejamos a SD1, que traz excertos da entrevista mencionada.

SD1 – Excerto 1 - da entrevista de ACM ao Roda Viva

Jornalista: O senhor ainda acredita que o projeto dos militares fez bem ao país?

ACM: Eu nunca fiz críticas ou levei o regime militar à parede [...] houve coisas positivas no regime militar, e essas coisas positivas sempre que eu posso exalto. Por exemplo, sem o regime militar, não há dúvidas disso... [incompreensível] fui governador, nomeado duas vezes, fui prefeito, e, evidentemente, tive outros cargos. Agora, elege-me na primeira eleição direta que teve, fui eleito, no primeiro turno. Depois fui eleito senador mais votado, então eu já acabei com essa conversa de regime militar [...] (ENTREVISTA COM ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, 1999). [sic]

389

Ressaltamos que o vídeo, ao ser reinscrito no *YouTube*, emerge e amplia fortemente a circulação das discursividades e mobiliza a rede de memórias que este discurso convoca, instaurando distintos efeitos de sentidos. No caso do vídeo em pauta, mobiliza a memória da ditadura militar brasileira, sendo esta atualizada com sentidos positivos.

Da entrevista, destacamos o questionamento feito ao senador, isto é, se ele “**ainda** acredita que o projeto dos militares fez bem **ao país?**” (SD1, grifos nossos); no significante “ainda” funciona o não dito de que o então presidente do Congresso já acreditou/acredita que houve sim, tais benefícios para o Brasil. Desse modo, o então, senador, ocupa uma posição-sujeito de adesão à formação discursiva militarista, com a qual se identifica, conforme o dito: “**Eu nunca fiz críticas ou levei o regime militar à parede...**” / “**Houve coisas positivas no regime militar, e essas coisas positivas sempre que eu posso exalto. [...]**” (SD1, grifos nossos). Dessa forma, temos a atualização da memória do discurso militar, do qual escapa os sentidos de que o regime trouxe benefícios, não ao país, mas beneficiou apenas alguns, a exemplo de ACM, que foi um dos maiores beneficiários dos cofres públicos durante o período da ditadura³: “**Fui governador, nomeado duas vezes, fui prefeito, e, evidentemente, tive outros**

³ Um desses benefícios é a hegemonia da Rede Bahia, empresa multimídia de comunicação fundada pela família ACM durante a ditadura, “O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL) [...] controla, de forma indireta, pelo menos cinco emissoras de televisão em seu Estado. Ele exerce o controle [...] por intermédio de parentes e executivos de confiança de sua família” Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/05/brasil/28.html> Acesso em maio 2022.



cargos” (SD1, grifo nosso). Foi, portanto, governador do Estado da Bahia, sem eleições diretas, e assim, integrava a cúpula do militarismo. Desse modo, o mesmo discurso que exalta tais benefícios pessoais silencia os malefícios impostos à nação brasileira, pois todo dizer silencia outro (ORLANDI, 2007).

Vejamos, a seguir, a próxima sequência discursiva (SD2):

SD2 – Excerto 2 - entrevista de ACM ao Roda Viva

Jornalista: Tem uma entrevista onde o senhor admite que naquela época houve tortura no país, não como uma política discriminada, mas talvez uma coisa pontual [é cortado pelo entrevistado, antes de concluir a pergunta].

ACM: Tortura é abominável, e quem mais reagiu à tortura... Quem tratou melhor aos cassados naquela época foi Antônio Carlos Magalhães. Briguei com militares, pergunte a Mario Lima quando ele estava preso em 64, quem foi visitá-lo, pergunte a Rubens Paiva, ou à sua família, quem deu obras públicas pra o Rubens Paiva construir na Bahia, em 1968, inclusive construiu 6 viadutos, pergunte a Fernando Santana, quem era o correto com ele quando ele foi cassado, na Bahia, pergunte a qualquer cidadão, que me procurou no regime militar, que não tenha me encontrado. Pode perguntar a Gilberto Gil, a Caetano, a todos esses, qual era a minha posição? Eu tive a coragem de, quando um general colocou o dedo no meu rosto, de arrancar-lhe o quepe com um tapa. Outra c A Era muito mais difícil fazer isso naquela época, do que se exilar, entre aspas em qualquer lugar (ENTREVISTA COM ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, 1999) [sic]

Notamos o funcionamento da interdição da fala do jornalista, ao mencionar a prática da tortura no período ditatorial. Instaure-se a contradição no discurso, ao mesmo tempo em que ele defende a ditadura com sentidos de bonança, ocupa uma posição de benfeitor às vítimas do regime, que sofreram torturas abomináveis, portanto, funciona aqui efeitos de cinismo. O cinismo é um efeito ideológico no discurso que manifesta uma suposta moral a serviço da imoralidade (ZIZEK, 1996); o sujeito enunciativo, ao assumir esta posição-sujeito, instaura efeitos de sentidos cínicos na discursivização da ditadura militar e das suas consequências às vítimas. Ademais, no dito “Então **parece** que eu **não fui essa figura passiva do regime militar**, não fui” (SD2, grifos nossos), ao negar que foi uma figura passiva do militarismo, produz efeito de **afirmação** de pertencimento ao regime; os sentidos de negação são efeitos da transparência da linguagem (ORLANDI, 2007).

Temos aí uma posição-sujeito de cumplicidade e (co)participação com a ditadura, desdém à democracia, relativização das torturas, dos desaparecimentos e das mortes dos opositores ao regime militar. O discurso vai regularizando os ditos de autoenaltecimento para o senador, que ocupa a posição-sujeito de benfeitor da nação e



das vítimas da ditadura, ao declarar que atuou “**contra**” as prisões, cassações e torturas na ditadura, mas se identifica com os algozes, com indiferença aos direitos humanos. No excerto “**perguntem a Rubens Paiva**” (SD2, grifo nosso), o efeito de cinismo se avulta, pois Rubens Paiva – engenheiro civil e político – foi dado como desaparecido da ditadura (1971), teve sua morte confirmada em razão das torturas sofridas nos porões da ditadura apenas em 2014 pela Comissão Nacional da Verdade; dessa forma, o senador, ao se autodenominar beneficiário da ditadura e benfeitor das vítimas, ocupa, assim, uma posição-sujeito de desdém e cinismo.

391

EFEITOS DE CONCLUSÃO

A entrevista mencionada materializa e atualiza – nas mídias digitais – a memória do discurso militar com sentidos de negação e silenciamento das atrocidades da ditadura. O entrevistado, ao negar ter sido uma “figura do regime”, ocupa uma posição-sujeito de beneficiário do militarismo e, ao mesmo tempo, a posição de benfeitor das vítimas da ditadura; dessa forma, a negação produz efeitos de cinismo que reafirma a sua cumplicidade. Com isso, o discurso sofre determinações da ideologia ditatorial que rege os dizeres da formação discursiva militarista.

PALAVRAS-CHAVE: Efeito de memória. Discurso Militarista e Ditadura. Discurso midiático digital.

REFERÊNCIAS

COSTA CARDOSO, Lucileide. Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’. *In.: Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 117-140 – 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. (1981). **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradutora: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DIAS, Cristiane. O sentido da automatização na análise de discurso: sobre a maquinaria dos sentidos. *In.: Líng. e Instrum. Linguíst.*, Campinas, SP, n. 44, p. 198-221, jul./dez. 2019.

ENTREVISTA COM ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, **Roda Viva**. São Paulo: TV Cultura, 1999. Programa de TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ceyy1IU31-Q>. Acesso em abr. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* – 2. Ed. – Campinas, SP. Editora da UNICAMP, [1975] 1995.

ZIZEK, S. Como Marx inventou o sintoma? *In.: Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 297-332.